

AUTONOMIA INDÍGENA OU IMPOSIÇÃO RELIGIOSA?

Ricardo Poquiviqui¹

RESUMO: Neste artigo abordo uma discussão antropológica em torno da presença do cristianismo entre os povos indígenas, problematizando acusações de imposição religiosa com a possibilidade de autonomia dos povos originários. O propósito é levantar questões sobre a polêmica engendrada na academia e na mídia dos possíveis danos causados pelo trabalho missionário evangélico entre os indígenas como fator de enfraquecimento ou desaparecimento de suas culturas e histórias. Como indígena da etnia Terena, povo com um histórico de presença religiosa cristã, utilizo minha subjetividade articulando aportes teóricos com meu próprio lugar de fala. Logo, penso que a melhor forma de ajudar e entender a pluralidade indígena é por meio do diálogo, da pesquisa, do compartilhamento de saberes, da alteridade. Impedir os indígenas de fazer suas escolhas pode ser muito complicado para a garantia da tão desejada autonomia.

PALAVRAS-CHAVE: Autonomia. Cristianismo. Povos Indígenas. Religião.

INDIGENOUS AUTONOMY OR RELIGIOUS IMPOSITION?

ABSTRACT: In this article I address an anthropological discussion around the presence of Christianity among indigenous peoples, problematizing accusations of religious imposition with the possibility of autonomy for native peoples. The aim is to raise questions about the controversy engendered in academia and the media about the possible damage caused by evangelical missionary work among indigenous people as a factor in the weakening or disappearance of their cultures and histories. As an indigenous member of the Terena ethnic group, a people with a history of Christian religious presence, I use my subjectivity to articulate theoretical contributions with my own place of speech. Therefore, I think that the best way to help and understand indigenous plurality is through dialog, research, sharing knowledge and otherness. Preventing indigenous people from making their own choices can be very complicated in terms of guaranteeing their much-desired autonomy.

KEYWORDS: Autonomy. Christianity. Indigenous People. Religion.

INTRODUÇÃO

A abordagem antropológica dos processos históricos de transformações sociais das populações indígenas no Brasil sempre despertou interesse de pesquisadores no meio acadêmico. As intervenções a que foram submetidas inevitavelmente resultaram em mudanças, ajustes, trocas, estratégias e apropriações. Isso nos mais diversos aspectos da organização sociocultural destes sujeitos históricos, inclusive a religião.

Houve um encontro de perspectivas religiosas e a imposição colonial promoveu danos à medida que não se preocupou com a compreensão dos nativos. Isso não implica que estratégias não foram acionadas para se apropriar do outro nas relações construídas e que os indígenas sempre foram totalmente passivos e sem protagonismo.

¹ Especialista em Antropologia Intercultural. E-mail: ricardopoquiviqui@gmail.com



A conversão ao cristianismo historicamente ocorreu por imposição, mas assim como os conceitos se movimentam no campo científico, as abordagens missionárias cristãs passaram a propor relações mais dialógicas com as culturas indígenas. Como indígena Terena do Mato Grosso do Sul e convertido ao cristianismo, não me sinto confortável quando a conversão cristã é vista como elemento de enfraquecimento da luta por direitos e da própria identificação étnica. Portanto, desejo usar minha subjetividade para expor o movimento de indígenas cristãos protestantes como contraponto ao discurso vigente na academia e mídia.

Esse contexto me conduz a uma reflexão sobre até que ponto as mencionadas instâncias, com forte influência sobre a opinião pública, não estariam exercendo controle sobre as escolhas e opções dos indígenas. Existem muitos posicionamentos tendenciosos e descontextualizados sobre a questão, opiniões unilaterais politizadas. Muito tem se falado em autonomia para esse segmento da população nacional, mas até que ponto isso pode ser garantido se conflitos ideológicos e políticos querem cercear a liberdade de um indígena aderir à religião predominante desse país?

Para tentar encontrar respostas, esta pesquisa se propõe a refletir sobre autonomia indígena e a possibilidade de conversão cristã sem que isso implique negativamente na identificação étnica. Diante disso, primeiramente identificar manifestações de intolerância religiosa a indígenas cristãos, apresentar brevemente o cenário indígena com sua alteridade e desafios, bem como relatar algumas iniciativas dos próprios indígenas cristãos protestantes que dão visibilidade a uma conversão cristã sem perda ou enfraquecimento da identificação étnica.

A metodologia adotada foi a revisão de literatura associada a uma percepção pessoal cristã como pertencente a uma comunidade cristã indígena. Alguns dados problematizados foram colhidos em reportagens que exploram tal temática e analisados a luz da abordagem antropológica para expressar alguns contrapontos importantes em discursos que apresentam como “hegemônicos”.

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA OU DIVERGÊNCIAS POLÍTICAS?

É bastante curioso que haja uma intolerância com relação a indígenas que se convertam ao cristianismo, com a alegação de perdas culturais que já foram questionadas



pela própria academia. Almeida (2010) argumenta que a antropologia avançou no debate de perdas culturais para pensar em apropriações ou atualizações históricas, e, sobretudo no protagonismo indígena, como agentes de sua própria história.

Lidório (2005) ressalta a visão preconceituosa presente nos relatos coloniais sobre as práticas culturais indígenas, pois “(...) além de contrários ao trabalho e disciplina de qualquer tipo, os indígenas seguem práticas tão pagãs e alheias a Deus que se torna improvável que tenham uma mente evoluída que possa compreender a salvação, ou serem dignos dela” (p.272). Fico pensando se esta ideia ainda não permanece presente na abordagem de alguns pesquisadores, jornalistas, entre outros formadores de opinião.

Realmente será que os indígenas não tem autonomia para fazer suas próprias escolhas, podendo ser o tipo de comida, moradia, profissão, religião, saúde, educação, vestimentas, pinturas, ou quaisquer que sejam a área da sua existência? Por acreditarem que agem em defesa dos indígenas, é justo a defesa de que não tenham acesso a nenhum tipo de tecnologia ou saberes dos não indígenas? Tais defensores chegam a pensar como os portugueses expressavam que não possuem a capacidade de se apropriar de forma devida de outros conhecimentos.

Ao me deparar com publicações acadêmicas ou jornalísticas com forte posicionamento ideológico contrário a conversão cristã indígena, fico bastante reflexivo e estimulado a apresentar um contraponto. O conhecimento acadêmico se propõe a abertura de problematizações e outros olhares sobre os fenômenos que estuda. E é nesta abertura que encontro suporte para colocar o que penso a respeito. Passo a mencionar algumas abordagens científicas que seriam pertinentes para colocar o problema.

O primeiro caso é do biólogo Daniel Cangussu, funcionário da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Madeira Purus, entre o período de 2010 a 2019, que dentre outras falas, mencionou: “(...) quando me perguntam quais as principais pressões territoriais para os isolados, respondo que não são os madeireiros, os garimpeiros e os povos do entorno, mas são os missionários” (MERLINO, 2020, s/p). Esta afirmação pode ser encontrada na reportagem produzida por Tatiana Merlino, ocasião em que são abordados os conflitos do referido biólogo com a Ministra Damares Alves do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, denunciando que os evangélicos são responsáveis por apagar as tradições ancestrais, e que as investidas



religiosas cristãs contra os povos indígenas isolados foram intensificados no governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022).

Outro caso foi expresso por Felipe Milanez, editor da Revista Brasil Indígena, da FUNAI no ano de 2006, relatado na entrevista feita a Patrícia Fachin no ano de 2021. Milanez menciona que quando atuava como editor foi levado a investigar a atuação das missões religiosas nas comunidades indígenas, em especial, as promovidas pelas agências missionárias protestantes pentecostais. Essas instituições, ele argumenta, são financiadas por igrejas de diferentes denominações, como Batista, Metodista e Presbiteriana e são consideradas como as maiores responsáveis pelo etnocídio ocorrido em nosso país. De acordo com ele,

(...) a sociedade inteira precisa se unir em defesa das almas indígenas, porque não são somente as almas indígenas que estão em risco. Todas as almas estão em risco de serem comercializadas num mercado restrito, que é o mercado de almas das agências fundamentalistas. Quando esses grupos acreditam que o mundo está dividido entre quem é e quem não é cristão, essa divisão estabelece um recorte etnocida extremamente violento, materialmente e espiritualmente. Os indígenas compõem um grupo que está sendo atacado por missionários fundamentalistas e essa situação deveria alertar todos os não indígenas, porque se algum grupo está sendo atacado na sua existência, esse ataque atinge toda a humanidade. É por isso que os direitos humanos são fundamentais e, nesse sentido, os indígenas têm o direito de defender e viver em seus territórios da forma que quiserem. Esse é um direito constitucional que deve ser respeitado. As missões fundamentalistas não podem receber financiamento público, mas mais do que isso, elas devem ser combatidas em sua ideologia. O problema é a ideologia que agride a existência do outro. Isso é um crime que não pode ser tolerado (FACHIN, 2021, s/p).

Milanez acaba corroborando com a mesma linha de pensamento, mencionado anteriormente, no que diz respeito à relação entre as agências missionárias e o governo, ao afirmar que “essas agências fundamentalistas conseguiram, no governo Bolsonaro, um ministério e isso é inédito desde que elas vieram para o Brasil, em 1950” (FACHIN, 2021, s/p).

Um terceiro caso apresentado por Pontes (2021), no site DW Brasil, intitulada “Pastores afastam indígenas da vacinação”, aborda a fala de uma assistente social, não identificada, mencionando que os líderes evangélicos estariam convencendo os indígenas de que as vacinas viriam com um chip associado a uma visão cristã do final dos tempos e que iriam virá jacaré e que isso teria influenciado a não quererem ser vacinados contra a pandemia da Covid-19. A reportagem continua mostrando que Nara Baré, coordenadora geral das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), menciona que os líderes religiosos



cristãos protestantes estariam orientando seus parentes a não tomar vacina porque não seria abençoada por Deus. O argumento prossegue afirmando que a postura desses religiosos estava alinhada ao discurso do presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia, quando afirma que o presidente: “(...) fala mal da vacina, e deslegitima a própria ciência. E a gente agora está fazendo uma campanha para incentivar a vacinação e combater às fake news e essa propagação pelos pastores” (PONTES, 2021, s/p).

Por fim, Fuhrmann (2020), repórter do site “De Olho nos Ruralistas”, argumenta que: “No meio da crise, os indígenas não ficaram livres nem da invasão de missionários religiosos, assunto particularmente delicado para um governo que busca ter boas relações com os grupos evangélicos, inclusive os que defendem a conversão dos indígenas ao cristianismo” (s/p).

Ao ler todas estas informações, logo penso que há interesses e formas de pensar por trás, mas que não refletem a perspectiva de todos os acadêmicos, jornalistas e até indígenas. Ao agirem dessa forma, tão exposta e formadora de opinião para aqueles que já apresentam uma forte tendência a oposição das ideias cristãs e trabalho missionário protestante, fico refletindo sobre a possibilidade de pensar de uma outra forma, haja vista que desprezam a autonomia indígena para aderir à fé cristã voluntariamente a partir do viés da liberdade de escolha e como agentes de suas próprias histórias. Tirar o olhar da ação impositiva e focar na capacidade de escolha de novas trajetórias, sem, contudo, renunciar a sua história cultural.

Diante desses argumentos, constato ainda a manifestação de insatisfação de indivíduos com ao referido governo, posições políticas que manifestam também uma posição contrária ainda ao trabalho missionário protestante. Como indígena que experimentou essa ação missionária, mesmo respeitando que possa haver outros pontos de vista, discordo que as críticas sejam colocadas de forma generalizada e sem contextos mais bem definidos.

Desta forma, o discurso de que desejam contribuir com a luta pela proteção cultural dos indígenas acaba sendo confuso, pois estariam influenciando os indígenas a não aderir ao cristianismo da mesma forma que acusam líderes religiosos de os conduzirem em outras questões. O critério de identificação étnica vigente no Brasil é o da autoidentificação e identificação por outros, pensamento que se origina na teoria da definição de grupos étnicos



(BARTH, 2000). Assim, transformações no âmbito da cultura não podem ser determinantes para a identidade étnica de um indivíduo.

A meu ver as falas abordadas poderiam ser problematizadas. No caso da expressão do biólogo Cangussu, percebo que vários órgãos de imprensa e sites expõe os atos dos garimpos ilegais, bem como dos cortes de madeiras ilegais. Há inúmeros registros de que destruíram e estão destruindo as florestas, os rios, o meio ambiente, e além da exploração. Há ainda outros pontos prejudiciais nas comunidades indígenas, como o consumo de álcool e drogas. Mas isso parece estar ausente em discursos com indícios de uma clara militância contrária ao trabalho protestante entre os indígenas.

Atribuir ao trabalho missionário protestante entre os indígenas a razão do etnocídio histórico é desconhecer as experiências bem-sucedidas e de valorização cultural de muitas dessas iniciativas. Importante mencionar que algumas organizações missionárias protestantes estão comprometidas com o estímulo das culturas indígenas por meio de trabalhos linguísticos de tradução e até como um suporte legal em muitos casos de exploração e violação de garantia de direitos.

A legislação garante a cada ser humano, inclusive aos indígenas que vivam em seu território com autonomia e isso inclui o exercício de fé, quaisquer que sejam as expressões de sua crença. Logo, se o indígena deseja se tornar cristão e exercer todas as suas implicações ele tem direito, a legislação garante essa liberdade e lhe concede o direito de ser respeitado em sua decisão.

É intrigante que as críticas mencionadas associam, na maioria das vezes, a fé cristã indígena ao governo conservador. Seria ignorar a autonomia indígena e presumir que são processos impositivos sem a ação intencional dos indígenas como agentes históricos. A questão aqui não é apoiar ou manifestar algum viés político, mas de expressar a necessidade de os indígenas serem respeitado em suas escolhas, sejam elas quais forem.

Meu grupo étnico pode atestar inúmeros benefícios que os missionários cristãos protestantes deixaram como legado. Os Terena tiveram contato com o cristianismo há mais de cem anos e nunca deixou de valorizar sua língua materna e cultura, gerando inclusive um estímulo e valorização das conquistas e dos valores do grupo. A cultura Terena, as danças da Ema, as comidas típicas, as moradias, a cerâmica, a pintura típica, a convivência pacífica



como comunidade, dentre outros, não foram extintas, mas apreciadas e mantidas ao longo das gerações.

Então, seria pertinente problematizar a ideia de que todo e qualquer trabalho missionário protestante entre os indígenas sejam prejudiciais e enfraqueçam a luta por direitos. A abordagem cristã pode ser vista também como fator de fortalecimento da ideia de pertencimento e luta étnica, a medida em que une o grupo em torno da busca pela dignidade que é um dos pontos centrais de sua mensagem.

ALTERIDADE INDÍGENA

Quando se trata de povos indígenas no Brasil não se pode ignorar uma alteridade em relação ao restante da população. Podem ser considerados diferentes e/ou distintos, mas isso não quer dizer que não possa haver uma ética de convivência que faz sentido no interior desses grupos. Conflitos podem ser evitados quando não são vistos sob uma perspectiva assimétrica colonizadora, mas que buscam desfrutar dos mesmos direitos que qualquer cidadão.

Quando se analisa suas especificidades, é possível desconstruir conceitos generalizantes equivocados que muitos pensam a seu respeito. Por exemplo, os indígenas não possuem a mesma identidade, como uma massa homogênea, pois cada grupo étnico é único e suas manifestações culturais são diferentes umas das outras. Além do mais, os povos indígenas não possuem um estado cultural atrasado ou inferior, como muitos ressaltam.

Só será possível conhecer as múltiplas identidades dos povos indígenas e mudar a visão preconceituosa predominante já mencionada quando se eliminar os estereótipos existentes sobre esses povos. Ao abordar sobre indígenas no Brasil, estou me referindo a uma diversidade de povos originários que habitavam este território muito antes da colonização europeia. De acordo com Luciano (2006), “(...) as estimativas apontam que no atual território brasileiro habitavam pelo menos 5 milhões de pessoas, por ocasião da chegada de Pedro Álvares Cabral, no ano de 1500. Se hoje esse contingente populacional está reduzido a pouco mais de 700.000 pessoas, é porque muitas coisas ruins as atingiram” (p.16).

O desaparecimento dos povos indígenas passou a ser visto como uma contingência histórica, algo a ser lamentado, porém inevitável. No entanto, a resistência indígena se manifestaria frustrando as previsões com um aumento significativo do número de indígenas



no censo de 2010 do IBGE em relação a dados anteriores totalizando 817.963 indivíduos. Mais recentemente, o censo de 2022 revela que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas.

Quando se compara esses dados com algumas reportagens de funcionários da FUNAI (conforme já registrado no presente artigo), se observa que precisam entender e estudar com mais afinco sobre a questão indígena antes de esboçar opiniões descontextualizadas, pois abordar a extinção dos povos indígenas é não considerar as estratégias desses povos para sobreviver em relações de poder. A indagação que permeia nessas falas infundáveis é: de qual etnia eles estão falando em seus argumentos?

É gritante a necessidade de compreender cada contexto. Cada uma detém costumes próprios, crenças e culturas singulares. No entanto, também é necessário ressaltar e reafirmar que todos estes indígenas mencionados também são cidadãos brasileiros. E isto, garante a eles o direito de possuírem uma religião, caso desejarem.

Corroboro com Gomes (2003), quando ele menciona que conhecer o outro não é uma tarefa fácil. E diante de uma realidade cultural e racionalmente pluralizada, como é o caso da sociedade brasileira, essa tarefa se torna ainda mais desafiadora. No entanto, é necessário haver um exercício diário para que se possa estabelecer respeito nas relações do cotidiano.

A relação com o outro, que é sempre diferente de nós, nem sempre foi marcada por uma vivência pacífica. E isso se deu muitas vezes, porque numa primeira instância, não havia um conhecimento entre uma cultura com a outra. Assim, esta relação foi marcada por confrontos, e estabelecida por uma relação de alteridade. A esse respeito, Urquiza, Pereira e Prado (2014) declaram:

(...) essa relação tem se mostrado amplamente problemática, uma vez que é fonte de julgamento, de decisões sobre o outro. O diferente existe, mesmo sem a autorização, permissão ou tolerância. O diferente é zona de tensão, campo político repleto de contradições e conflitos. Dessa forma, podemos inferir que o outro, o externo a mim, ao ser diferente, torna-se um problema, pois leva a confrontar a própria identidade do 'eu' (p.56).

Se numa visão macro, é possível enxergar uma sociedade diversificada, e se reconhece que cada ser humano é único, quando se faz referência aos indígenas brasileiros, tal diversidade é ainda maior quando vista *in loco*. Isso mostra a necessidade de conhecer melhor a realidade indígena, para que, antes de se afirmar algo, se tenha plena ciência dos



fatos. Além de expressar respeito aos indígenas, evita manipular outros com falas incoerentes acerca das escolhas que estes povos podem fazer, sejam estas de cunho religioso ou não.

Se referindo à religiosidade dos indígenas de várias etnias, onde grande parte da população desconhece, Barcellos e Farias (2015) comentam que

(...) no coletivo já temos uma imagem idealizada do índio: a do natural, a do índio nu e puro que habita nas matas ou se evoca a carta de Caminha, na qual são selvagens, sem cultura, indolentes e sem religião. Imagens que foram inculcadas na população, propagada primeiro pelos livros e depois pela mídia, provocada com efeito pela falta de visão, de compreensão do processo ao longo destes últimos séculos e pelo pouco aprofundamento com que se estuda e divulga sobre a religiosidade, suas crenças, seus valores. Essa ótica carrega consigo grandes problemas para os povos indígenas que, na verdade, são vítimas do etnocentrismo da população não índia (p. 45).

Tal questão é tão intensa, que chega causar inúmeros problemas, como já foi expresso neste artigo. Muitas pessoas, por não saberem o que de fato ocorrem no contexto indígena, acabam propagando ideias estranhas, principalmente, no que diz respeito a chegada e permanência do cristianismo nas comunidades.

MOVIMENTOS INDÍGENAS PROTESTANTES

Vários movimentos religiosos emergem historicamente no país, mas chama a atenção a iniciativa de alguns indígenas cristãos protestantes, dentre os quais nascem dois movimentos juridicamente legais que trabalham com a finalidade de expor aos grupos indígenas o cristianismo com devida contextualização. Isso visa atestar alguns dos benefícios palpáveis que a presença evangélica exerce entre os indígenas brasileiros.

O primeiro movimento é a Missão Evangélica Indígena (UNIEDAS) que surgiu entre os Terena. A UNIEDAS é uma iniciativa centenária com atuação entre os grupos Terena, Kadwéu, Ofayé, Xavante, Aicanã e Tupari, espalhado por várias aldeias do território nacional. Ao se encontrarem, os indígenas se tratam como “parentes”, e tal parentesco diz respeito, a uma relação social que nunca coincide completamente com a consanguinidade, ou seja, com o parentesco biológico (AUGÉ, 2003).

A UNIEDAS possui uma liderança formada pelos próprios indígenas, que assume funções sacerdotais e eclesiais em suas comunidades. Seus pastores indígenas possuem



formação teológica, geralmente formados por um dos dois seminários bíblicos existentes, para alunos indígenas, como é o caso da Instituto Bíblico Cades Barnéia (IBCB) e do Centro de Preparo Missionário Canaã em Pimenta Bueno, Estado de Rondônia.

A liturgia dos cultos estimula o fortalecimento da igreja nativa, pois na leitura bíblica, por exemplo, é usado o Novo Testamento no idioma Terena. Além disso, as músicas são entoadas no idioma da etnia. Ações como estas, atestam uma valorização da língua e cultura indígena com o cristianismo. Este valoriza o ser humano, sua cultura e seu idioma materno.

Para o povo Terena, a religião e a cultura não são conflitantes. Um exemplo disto é a dança do bate pau, que livremente é exercida na igreja e fora dela, podendo ser dançada por membros da igreja ou não. O pertencimento abrange os laços familiares, a ser membro de uma igreja, dentre outras relações que vão se estreitando através de vínculos, referências e valores abrangendo até mesmo o lugar vivido (BOURDIEU, 1996).

Alguns testemunhos mostram que o cristianismo vem ganhando espaço entre os indígenas Terena, e mesmo em meio a tantas afrontas, também traz benefícios aos povos indígenas, como aborda o pesquisador e professor Gildson Silva Gabriel, na comunidade indígena Terena em comemoração do aniversário da 2ª Igreja UNIEDAS, da Aldeia Córrego do Meio do Mato Grosso do Sul:

No início do século XX, quando grupos de missionários americanos se deslocaram para América do Sul, deixaram seu país, obedecendo o “Ide de Jesus”. Deus colocou um propósito nos corações dos irmãos americanos: transmitir a mensagem de Jesus aos povos indígenas. Assim, a primeira comunidade a receber estes irmãos foi a aldeia Bananal, região de Aquidauana, em 1912. Estes irmãos passaram muitas dificuldades antes de se instalarem na Aldeia, isso porque não tinham permissão do SPI, que na época assistia as populações indígenas. Depois de ter recebido a autorização, os irmãos americanos começaram o trabalho de evangelização, seguidos de muitas lutas espirituais, mas também de muitas conquistas, como os batismos de indígenas e a implantação da 1ª Igreja Evangélica Indígena, em 1915. Mas, os desafios não paravam por aí, era preciso expandir, ir mais além, ir em busca de mais aldeias e contar as bênçãos que o Senhor fizera nas vidas das pessoas indígenas que entregaram a sua vida à Jesus. Em 1928, dois missionários e dois indígenas da Aldeia Bananal, chegaram na Aldeia Invernada, mais precisamente na casa do Cacique Joaquim Teófilo, pedindo autorização para falar do amor de Jesus e começar o trabalho de evangelização. Com a permissão concedida, os irmãos voltam para Bananal e se preparam para mais este desafio. Depois de dois anos, o casal de missionários americanos, Sr. Guilherme e dona Florença, chegaram e iniciaram o trabalho evangelístico na Aldeia Invernada. A palavra foi semeada e um dos primeiros a entregar a sua vida a Jesus foi Anunciação Gabriel, um jovem que sentiu o chamado de Deus. Em seguida a família Reginaldo, o inesquecível Benedito Reginaldo, que juntamente com outras pessoas dedicaram a sua vida e lutaram a favor do



evangelho. As lutas, os obstáculos surgiram como era esperado. O novo cacique da Aldeia Invernada, foi contra o evangelho e tentou de várias maneiras impedir sua expansão. Uma das cenas mais marcantes, foi quando o cacique rasgou inúmeras folhas da bíblia e Benedito Reginaldo com palavras sábias e inspiradas por Deus disse que cada página rasgada seria uma alma salva pra Jesus. A porta que Deus abre, nem um homem pode fechar. Bênçãos e mais bênçãos recebiam e cada vez mais, as pessoas entregavam sua vida à Jesus. Juntamente com o trabalho evangelístico, a professora Cristina Kameron trabalhava na área de educação e a enfermeira Lorena na área da saúde. Assim, o evangelho crescia e crescia. Em 1938, os fazendeiros expulsaram os moradores da Aldeia Invernada, e nesta época houve uma grande dispersão das famílias, uns vindo para o outro lado do córrego e outros indo trabalhar nas outras fazendas longe do grupo. Em 1947, surge a Aldeia Córrego do Meio com as famílias Servino Gabriel, Clemente Gabriel, Armando Gabriel, Lúcio Sol, Alexandre Alves, família Mamedes e família Bueno. Durante 15 anos, os irmãos evangélicos da Aldeia Córrego do Meio cultuavam na 1ª Igreja Evangélica da Aldeia Água Azul, que surgiu logo após a invasão dos fazendeiros. Armando Gabriel contava que todos os domingos e quartas-feiras, os grupos de irmãos iam para aldeia Água-Azul participar dos cultos. Em 1967, irmão Estevão Reginaldo propôs a criação de um templo na Aldeia Córrego do Meio, justificando grande dificuldade que os irmãos tinham para se locomoverem até a Aldeia Água-Azul, longe 6 quilômetros. No ano de 1968, cria-se então a 2ª Igreja Evangélica Indígena da Aldeia Córrego do Meio, onde o inesquecível ancião Lucio Dias doou a área para a construção do templo. Construído, na época com sapé, pau-a-pique, a casinha humilde tinha grande unção do Senhor. Nilo Delfino, dirigiu a igreja por 12 anos e em seguida repassou a responsabilidade a Armando Gabriel e Eliseu Gabriel. Muitos irmãos, pastores, missionários contribuíram para o crescimento e fortalecimento do evangelho neste lugar, como foi o caso dos Miss. Adão Clementino, Miss. Ramão Mamedes, Pastor Henrique Dias, Pastor Luis Bitencur e os membros que sempre mantiveram firme e abundante, com o propósito de sempre crescer com o evangelho e repassar as boas novas de geração a geração. Vale ressaltar que, o inesquecível Armando Gabriel sempre esteve imbuído no trabalho da Igreja, homem de fé que conduziu a igreja por mais de 30 anos. Em 2005, Deus havia preparado seu servo Edmar Lili para então prosseguir com o trabalho desta igreja que juntamente com a liderança tem conduzida de forma abençoada o seu ministério. Hoje com mais de 150 membros, a igreja se mantém firme, constante e sempre abundante na obra do Senhor, sabendo que o vosso trabalho não é em vão. A igreja tem crescido de todas as formas, principalmente espiritualmente. O senhor Jesus tem abençoado grandemente este lugar. A igreja trabalha em conjunto e conta com vários departamentos: departamentos das crianças, dos jovens, das senhoras, de eventos, de louvor e de missões que resultam em um propósito transmitir a Mensagem de Jesus e mostrar as suas evidências em nosso povo. Enfrentamos lutas e diversidades, mas temos a grande certeza de que somos mais que vencedores em Cristo Jesus. Em nome do Pastor Edmar e de toda a igreja agradecer principalmente a Deus e aos fundadores desta obra que chamamos de “colunas da fé” são eles: Lúcio Sol, Jorge Mamede e os inesquecíveis irmãos que estão apenas na nossa memória Armando Gabriel, Lucio Dias, Teodora Sol, Abadio Delfino, Manoel Pereira, Roque Silva, que iniciaram esta obra e que hoje está em nossas mãos, em nossos ombros e que devemos continuar mostrando as evidências que o Senhor proporcionou a nós povo terena (GABRIEL, 2019, s/p).

São mais de 100 anos de cristianismo na etnia Terena. Desta forma, pode-se abordar os benefícios e colaborações que a essa presença proporcionou em nossa cultura. É



perceptível os bons resultados de uma abordagem missionária associada a educação. Assim, questionamos como grupo étnico Terena as polêmicas expostas contra a evangelização cristã e suas implicações negativas nas comunidades e na identidade indígena, pois não é isto que vemos *in loco* em nossa experiência.

Outro movimento existente que beneficia a liberdade de escolha por parte dos indígenas é o Conselho Nacional de Pastores e Líderes Evangélicos Indígenas (CONPLEI). Tal movimento surgiu no dia 22 de março de 1991, na sede da Sociedade Bíblica do Brasil em Brasília e se tornaria o maior movimento de indígenas evangélicos do Brasil.

Atualmente, o CONPLEI reúne líderes indígenas das mais diversas etnias, tanto do Brasil quanto do exterior. Na sua organização estatutária, só pode fazer parte da liderança quem pertence a um grupo étnico indígena. Desde o início, a proposta é participar ativamente do chamado movimento de terceira onda, onde os próprios indígenas assumem papel preponderante na apresentação do cristianismo a outros grupos não cristãos.

Seus principais objetivos são: 1. Coligar e promover a união e confraternização dos pastores e demais líderes evangélicos indígenas; 2. Representar igrejas evangélicas indígenas e assessorá-las em assuntos pertinentes junto à sociedade civil e aos poderes públicos constituídos; 3. Resguardar, defender e pleitear os direitos indígenas; 4. Avaliar, emitir pareceres e formular orientações sobre a atividade missionária em área indígena; 5. Desenvolver a conscientização nas Igrejas Evangélicas Brasileiras sobre o seu papel na evangelização e na ação social junto aos povos indígenas do Brasil; 6. Promover reflexão sobre uma teologia de missões adaptada à complexidade cultural e a realidade indígena; 7. Programar e promover curso de treinamento para obreiros indígenas em evangelização transcultural e 8. Promover intercâmbio entre igrejas indígenas e as demais igrejas evangélicas do país.

Considerado o maior movimento evangélico indígena do Brasil, tem sido capaz de unir os indígenas cristãos de todas as regiões, considerando cada qual a sua realidade sociocultural e desenvolvimento social, e valorizando a sua identidade indígena. Com isso, fortalece a ideia de que a conversão cristã não é um elemento de enfraquecimento da identificação étnica.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, pode-se perceber a existência de organizações evangélicas legítimas entre os povos indígenas brasileiros, como é o caso da UNIEDAS e do CONPLEI. É de suma importância que a sociedade não-indígena entenda e conheça mais sobre esses povos, para que estes ganhem mais reconhecimento de sua identidade. Isso permitirá que o restante da população perceba que o indígena é capaz de alcançar as mesmas coisas que o não-indígena, inclusive com relação a religião.

Foi possível problematizar a veiculação de informações potencialmente manipuladoras, tendenciosas e depreciativas, que tem fomentado um sentimento de hostilidade às organizações missionárias que atuam entre as populações indígenas. Neste texto levanto a possibilidade de pensar o benefício da fé cristã na cultura indígena, que a presença do cristianismo pode proporcionar valorização da cultura desses povos, e ressignificar a conduta moral dos indígenas.

Nesse sentido, há a necessidade de cuidado na veiculação de informações que possam não refletir o que tem acontecido em alguns contextos. Seria interessante uma visita *in loco* de tais pessoas nas áreas indígenas, ouvindo os anciãos contarem as histórias de cada aldeia, falar com os jovens e ver as crianças brincando, para abrirem-se para a possibilidade de reconhecimento que o cristianismo tem contribuído positivamente também.

O problema é que quando o discurso de intolerância permeado de estereótipos negativos já está pronto, com conteúdo que não reflete a realidade e necessidade dos povos indígenas atesta que a questão indígena é vista pelo viés disputas ideológicas. Com o tempo e avanço da modernidade, cresce também o conhecimento e a liberdade dos povos indígenas, onde os indígenas não são mais apenas objeto de estudos das universidades, bem como de diversos projetos que nem sempre promovem a dignidade dos povos indígenas.

Por sua parte, o cristianismo tem levado os grupos a andar com dignidade, liberdade, autonomia, valorizando sua cultura e fortalecendo sua identidade. Desta forma, diminuem as controvérsias e polêmicas sobre a conversão cristã, pois os missionários têm contribuído para a tradução da língua, hospitais, escolas, ações sociais e emergências entre as comunidades indígenas. Então, promovem, entre tantas outras coisas, a autonomia indígena no que tange a religião.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- AUGÉ, Marc. **Os domínios do parentesco**: Filiação, aliança matrimonial, residência. Lisboa: Edições 70, 2003.
- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000 [1969].
- BARCELLOS, Lusival; FARIAS, Eliane. **Memória Tabajara**: manifestação de fé e identidade étnica. 2. ed. João Pessoa: UFPB, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.
- FUHRMANN, Leonardo. **Esplanada da Morte (XIII) — Ministro da Justiça ignora invasão de terras indígenas na pandemia**. 2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/08/18/esplanada-da-morte-xii-ministro-da-justica-ignora-invasao-de-terras-indigenas-na-pandemia/>. Acesso 07 mar. 2021.
- GABRIEL, Gildson Silva. Comunicação oral em ocasião do aniversário da 2.^a Igreja UNIEDAS da Aldeia Córrego do Meio do Mato Grosso do Sul, 2019.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação e Diversidade Étnico-Cultural**. In: SEMTEC. Diversidade na educação - reflexões e experiências. Brasília: Programa Diversidade na educação, 2003.
- JORNAL NACIONAL. **Presença de garimpeiros ameaça povos indígenas isolados da Amazônia** São Paulo, 08 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/10/08/presenca-de-garimpeiros-ameaca-povos-indigenas-isolados-da-amazonia.ghtml>. Acesso 24 mar. 2021.
- LIDÓRIO, Ronaldo (org.). **Indígenas do Brasil**: avaliando a missão da igreja. Viçosa: Ultimato, 2005.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio Brasileiro**: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: LACED/Museu Nacional, 2006.
- MERLINO, Tatiana. **Missões evangélicas avançam na Amazônia e põem em risco povos indígenas e tradições ancestrais**. 2020. Disponível em: <https://bocado.lat/pt/missoes-evangelicas-avancam-na-amazonia-e-poem-em-risco-povos-indigenas-e-tradicoes-ancestrais/>. Acesso 07 mar. 2021.
- FACHIN, Patrícia. **Missões fundamentalistas**: um dos pilares do etnocídio indígena no Brasil. Entrevista especial com Felipe Milanez. Instituto Humanitas Unisinos, 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/607137-missoes->



fundamentalistas-um-dos-pilares-do-etnocidio-indigena-no-brasil-entrevista-especial-com-felipe-milanez. Acesso em 20 jun. 2021.

PONTES, Nádia. **Pastores afastam indígenas da vacinação, relatam lideranças**. 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/pastores-afastam-ind%C3%ADgenas-da-vacina%C3%A7%C3%A3o-relatam-lideran%C3%A7as/a-56380498>. Acesso 05 mar. 2021.

URQUIZA, Antônio Hilário Aguilera; PEREIRA, Levi Marques; PRADO, José Henrique. **Culturas e história dos povos indígenas**. Campo Grande: Editora UFMS, 2014.

